**PODER**

# Ataques dos EUA dividem brasileiros

Apesar das manifestações veementes de autoridades e setores da sociedade civil, muitos concordam com as ações de Trump contra Moraes. E apoiam Bolsonaro

» VANILSON OLIVEIRA

Minervino Júnior/CB/D.A.Press

**Grupo de manifestantes protestou contra as sanções em frente à embaixada norte-americana, na sexta**

Minervino Júnior/CB/D.A.Press

**Na terça, motociclistas saíram às ruas de Brasília em apoio a Bolsonaro**

Os seguidos ataques do governo de Donald Trump ao Brasil provocaram, nas últimas semanas, reações opostas no país. De um lado, autoridades e diversos setores da sociedade civil repudiaram o que consideram uma agressão à soberania nacional, resultado de uma ação espúria de bolsonaristas. Do outro, apoiadores do ex-presidente acusam o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e o Supremo Tribunal Federal (STF), na pessoa do ministro Alexandre de Moraes, como responsáveis pela ofensiva desferida pela Casa Branca.

Na última semana, as duas torcidas nessa disputa diplomática entre Brasil e Estados Unidos foram às ruas. Na terça-feira, milhares de motociclistas circularam pelas ruas de Brasília em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Presente ao evento, ele preferiu não discursar. Na sexta-feira, um grupo de manifestantes protestou em frente à embaixada norte-americana. Outros atos estão previstos para ocorrer nos próximos dias.

As reações à ofensiva norte-americana mostram um país dividido, apesar de os ataques provenientes dos Estados Unidos atingirem a todos, eleitores de Lula ou de Bolsonaro. O aumento de tarifas de importação e as declarações agressivas contra o sistema judiciário brasileiro alimentaram a polarização, e não o contrário. Em vez de se unirem contra as ameaças de uma nação estrangeira, os brasileiros permanecem desagregados.

Os levantamentos mais recentes do Instituto Datafolha indicam essa divisão. Tome-se, por exemplo, a revogação do visto norte-americano de Alexandre de Moraes, de familiares e de outros ministros do Supremo Tribunal Federal. Segundo o Datafolha, 47% dos brasileiros aprovam a medida unilateral do governo Trump. Outros 42% condenam a iniciativa.

Em relação à trama golpista, a polarização é mais evidente: 48% dos brasileiros querem ver Jair Bolsonaro preso após o julgamento do STF, enquanto 46% o desejam livre. Considerando a margem de erro do levantamento do Datafolha, temos um empate técnico.

O Datafolha revela, ainda, que 57% dos brasileiros consideram que Trump errou ao exigir que a Justiça brasileira interrompa o julgamento de Bolsonaro, acusado de tentar dar um golpe de Estado após ser derrotado nas eleições de 2022. Outros 36% afirmam que o republicano agiu corretamente, enquanto 7% não souberam responder.

A divisão da opinião pública se acentua conforme o alinhamento político dos entrevistados. Entre os eleitores do presidente Lula, 82% desaprovam a interferência de Trump. Já entre os eleitores de Bolsonaro, o cenário se inverte, em que 66% aprovam a atitude do presidente norte-americano, enquanto apenas 28% a consideram incorreta. Por meio da rede social X (antigo Twitter), o deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP) agradeceu a Trump, dizendo: "Obrigado pelo seu apoio, Trump. Nosso presidente Jair Bolsonaro sofre uma verdadeira perseguição por parte de um regime comunista".

## Prejuízos

A deputada federal Dandara Tonantzin (PT-MG), que participou na sexta-feira, do ato contra as sanções norte-americanas, em frente à Embaixada dos Estados Unidos, classificou como inaceitável a interferência de Trump na política e no Judiciário brasileiros. "O povo está ocupando as ruas para dizer que não dá para ter interferência. É um absurdo a taxação, em especial a setores econômicos", afirmou.

Para Dandara, o tarifaço de Trump prejudica os dois países e representa um ataque direto à soberania. "Essa ação vai prejudicar tanto o Brasil quanto o comércio nos Estados Unidos. Ambos os lados terão que pagar a conta, e nós também queremos que a nossa soberania seja respeitada. Não dá para ter interferência de outro país no nosso Judiciário. Imagina se fosse o contrário, se fosse o Brasil aplicando sanções a ministros, a juízes dos Estados Unidos. Eu tenho certeza que não ficaria por isso mesmo", criticou.

# Radicalização sem precedentes

Mesmo com ampla rejeição à tentativa de interferência ao Judiciário e ao tarifaço, a expressiva adesão da população à retórica trumpista revela o grau de polarização que ainda marca a política brasileira. A postura de Donald Trump, considerada inaceitável por diversos setores institucionais, acaba sendo relativizada por parte da sociedade, que vê no deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-RJ), filho 03 do ex-presidente, uma espécie de "defensor externo" de Bolsonaro.

Para o cientista político Leonardo Paz Neves, que atua como analista de inteligência qualitativa no Núcleo de Prospecção e Inteligência Internacional (NPII) da Fundação Getulio Vargas (FGV), o índice de bolsonaristas que concordam com as ações trumpistas é "altíssimo" e "preocupante". "Apoiar que um país estrangeiro interfira no funcionamento da Justiça brasileira e, mais ainda, ameace prejudicar a economia nacional para favorecer um aliado político, me pareceria algo inconcebível até pouco tempo atrás", afirmou.

Para Paz Neves, o dado é um alerta sobre a profundidade da radicalização política em curso no país. "Estamos assistindo a uma radicalização aparentemente sem precedentes. Uma coisa é questionar urnas ou o Supremo. Outra, muito diferente, é defender abertamente a ingerência de uma potência estrangeira nos assuntos internos do país. Isso revela o quanto certos setores perderam o referencial democrático mínimo", observou.

A normalização dessa postura, segundo o cientista político, passa pelo endosso direto de lideranças da extrema-direita. "Você tem parlamentares levantando faixas de Trump, apoiando tarifas contra o Brasil, endossando ameaças. Quando o indivíduo médio vê isso sendo validado por uma liderança política, ele sente que há mérito naquela ação. E isso reforça o comportamento do grupo", explicou.

## Oportunismo

Paz Neves aponta ainda a contradição entre o discurso de patriotismo defendido por setores bolsonaristas e o apoio explícito a pressões externas sobre o país. "É um grupo que se notabilizou por se declarar o verdadeiro defensor da pátria, dos valores nacionais. Agora, são os primeiros a aceitar — e até festejar — que os Estados Unidos interfiram na nossa Justiça. Isso não está nos manuais clássicos da ciência política. É difícil compreender, racionalmente", analisou.

Questionado sobre o que poderia explicar esse fenômeno, o especialista aponta uma combinação de oportunismo político e erosão moral. "É o tipo de personalidade política que coloca seu capital político acima de qualquer princípio. É como se, desde que isso favoreça o seu aliado, vale até mesmo sacrificar a soberania nacional. É isso que estamos vendo", sustentou. (**VO**)

Minervino Júnior/CB/D.A Press

**Participantes da motociata no DF usaram bandeiras dos EUA e do Brasil**

> **Uma coisa é questionar urnas ou o Supremo. Outra, muito diferente, é defender abertamente a ingerência de uma potência estrangeira nos assuntos internos do país"**
>
> ***Leonardo Paz Neves,*** *cientista político*

## NAS ENTRELINHAS

**Por Luiz Carlos Azedo**

luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez

# O espelho partido na histórica relação do Brasil com os EUA

A atual crise diplomática e comercial entre o Brasil e os Estados Unidos, deflagrada pelo tarifaço de 50% imposto pelo governo Trump sobre produtos brasileiros, não pode ser compreendida apenas no contexto de uma disputa conjuntural. Ela reativa dilemas históricos da formação nacional: a tensão entre um Brasil que busca a modernização autônoma e outro que permaneceu subordinado a modelos externos, seja pelo agrarismo conservador, seja pela industrialização tardia.

Estamos diante de uma inédita ofensiva tarifária do governo Trump cujos objetivos não são apenas comerciais, porque adquire um caráter político e simbólico ao tentar de constranger e intimidar instituições brasileiras, principalmente o Supremo Tribunal Federal, diante do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro. Esse ataque encontra, porém, certa base de apoio político e social interno, que não deve ser subestimado.

O apoio aberto do ex-presidente Jair Bolsonaro, de alguns governadores e setores da opinião pública às chantagens da Casa Branca ecoam o passado do regime militar e tem por lastro um "americanismo autoritário", um dos traços do processo de modernização conservadora no Brasil. Como diria o falecido sociólogo Luiz Werneck Vianna, na história republicana, assimilamos superficialmente o liberalismo norte-americano, sem sua alma democrática, transformando-o em instrumento conservador e até mesmo reacionário de dominação interna.

Essa ambiguidade diante dos EUA — ora como farol de progresso, ora como ameaça à soberania — remonta aos anos 1930, quando pensadores como Oliveira Viana propunham uma modernização autoritária, centrada na ordem agrária e no Estado forte. Como muitos ainda imaginam, o campo era visto como o sustentáculo da identidade nacional e da disciplina social. Não por acaso, setores conservadores do agronegócio hoje ainda operam com essa lógica.

Mas o conflito político que fratura nossa coesão social e provoca fissuras na unidade nacional não diz respeito apenas ao agronegócio, que hoje exporta sobretudo para a China. Ele atinge em cheio setores industrializados, como o café processado, o suco de laranja e os produtos químicos exportados para os Estados Unidos. Isso nos remete à divisão histórica entre os projetos de industrialização autônoma, como o de Celso Furtado, e a industrialização dependente dos anos do "milagre econômico", sob a batuta de João Paulo dos Reis Velloso. Furtado advertia que sem reforma agrária, desenvolvimento regional e soberania tecnológica, o Brasil seria permanentemente vulnerável às pressões externas. A questão agrária é leite derramado, porém o desenvolvimento regional e avanço tecnológico ainda são agendas da hora.

## Projeto nacional

O tarifaço de Trump revela essa vulnerabilidade. O Brasil de 2025 ainda exporta majoritariamente commodities de baixo valor agregado e importa produtos de alta complexidade, sem falar na dependência a insumos básicos para a nossa agricultura e a nossa indústria, como fertilizantes e chips, respectivamente. Essa estrutura regressiva nos deixa à mercê de chantagens geopolíticas como a atual. A integração competitiva do Brasil à economia global, no qual a Embraer e a JBS são os melhores exemplos, está apenas engatinhando. Entretanto, a reestruturação das cadeias globais de valor, da qual o tarifaço é um ponto crítico — no âmbito da guerra comercial dos Estados Unidos com a China, porque não dizer, com o mundo —, pode ser também uma oportunidade.

A resposta brasileira ao tarifaço não pode ser restringir ao patriotismo popular e à resiliência das instituições, exige um projeto de desenvolvimento que articule soberania política, justiça social e inserção internacional estratégica. O americanismo no Brasil nunca foi uma simples importação de valores democráticos, mas uma disputa interna sobre os caminhos da modernização. Nas últimas décadas, elites políticas e econômicas oscilaram entre a dependência passiva dos EUA e tentativas de construção de uma democracia plural e soberana.

Como disse o ex-presidente José Sarney, "não podemos correr atrás de um doido". Qual quer seja o desfecho das atuais negociações do governo Lula com a Casa Branca, estará sujeita à imprevisibilidade e ao comportamento errático de Trump. A crise atual mostra uma encruzilhada histórica. A reação brasileira precisa ir além do tecnicismo no âmbito da OMC ou da negociação de tarifas pontuais. É preciso construir um novo projeto nacional que articule o campo e a cidade, a produção e o conhecimento, os interesses internos e os vínculos externos em bases democráticas, como propõe a Constituição de 1988.

A resposta não está no retorno ao agrarismo conservador nem na rendição ao americanismo subalterno. Como dizia Celso Furtado, o subdesenvolvimento não é uma etapa, é uma armadilha. Escapar dela exige mais do que crescimento: requer imaginação política, projeto histórico e vontade coletiva. Ou seja, nossa elite política, empresarial e intelectual carece de um projeto nacional mobilizador da sociedade, como já houve em outros momentos de nossa história. O espelho norte-americano está rachado, como um país em desenvolvimento, com a 10ª economia do mundo, o Brasil precisa enxergar a si mesmo com mais lucidez e menos ilusões.